

Cuidar da Natureza,

a nossa Casa comum



PROJECTO EDUCATIVO

2016-2019

ÍNDICE

1ª PARTE- ESTRUTURA E CARACTERIZAÇÃO DA FUNDAÇÃO OBRA DE S. JOSÉ OPERÁRIO	2
1. QUEM SOMOS? NATUREZA E ÂMBITO DE ACÇÃO	3
2. OBJECTIVOS E PRINCÍPIOS INSPIRADORES	3
3. BREVES DADOS HISTÓRICOS	5
3.1. Fundador- Monsenhor João Luís de Carvalho.....	5
3.2. Fundação de Solidariedade Social.....	6
4. ONDE ESTAMOS E O QUE FAZEMOS?	7
4.1. ÉVORA.....	7
4.1.1. Creche e Jardim de Infância.....	9
4.1.2. Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário.....	9
4.2. S. MIGUEL DE MACHEDE	10
4.3. NOSSA SENHORA DE MACHEDE.....	11
4.4. MONTOITO.....	12
2ª PARTE- PROJECTO EDUCATIVO (2016-2019): “CUIDAR DA NATUREZA, a nossa Casa Comum”	12
0. INTRODUÇÃO.....	12
1. ENQUADRAMENTO	13
2. OBJECTIVOS	23
3. RECURSOS HUMANOS	24
4. PARCERIAS	24
5. PÚBLICO-ALVO	24
6. ÁREAS E ACTIVIDADES A DESENVOLVER	25
7. METODOLOGIAS.....	31
8. AVALIAÇÃO	31
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
<i>Oração pela nossa Terra.....</i>	<i>33</i>

Iª PARTE

ESTRUTURA E CARACTERIZAÇÃO DA FUNDAÇÃO OBRA DE S. JOSÉ OPERÁRIO

1. QUEM SOMOS? NATUREZA E ÂMBITO DE ACÇÃO

A Fundação *Obra de S. José Operário*, de ora em diante designada abreviadamente por OSJO ou Fundação, é uma pessoa jurídica canónica de natureza pública da Igreja Católica, criada por iniciativa do Cenáculo das Cooperadoras Apostólicas, erecta canonicamente por decreto de D. David de Sousa, no dia 22 de Dezembro de 1974 como Associação de Fiéis e participada ao Governo Civil de Évora no dia 30 de Abril de 1975, que viu reformados e aprovados os seus Estatutos e alterada a sua natureza jurídica para Fundação de Solidariedade Social por Decreto do Arcebispo de Évora, D. Maurílio Jorge Quintal de Gouveia, no dia 26 de Janeiro de 1984, mantendo-se sob sua vigilância e tutela de acordo com o ordenamento jurídico decorrente da Concordata celebrada entre o Estado Português e a Santa Sé em 7 de Maio de 1940 e alterada em 18 de Maio de 2004.

Segundo o Direito Concordatário, a OSJO é uma pessoa jurídica canónica constituída por decreto da Autoridade eclesiástica nos termos previstos no número anterior, a que o Estado Português reconhece personalidade jurídica civil, que se rege pelo Direito Canónico e pelo Direito Português, aplicados pelas respectivas autoridades, e tem a mesma capacidade civil que o Direito Português atribui às pessoas colectivas de direito privado, sem fim lucrativo, gozando dos mesmos direitos e benefícios atribuídos às Instituições Particulares de Solidariedade Social, nos termos dos artºs 10.º, 11.º e 12.º da Concordata de 2004.

Segundo o Direito Português, a OSJO é uma Pessoa Colectiva Religiosa, qualificada como Instituição da Igreja Católica canonicamente erecta, reconhecida como Instituição Particular de Solidariedade Social, sem fins lucrativos e de utilidade pública,

nessa qualidade registada no dia 19 de Julho de 1984 na Direcção-Geral da Segurança Social com a inscrição n.º 45/84, no Livro nº2, das Fundações de Solidariedade Social e adopta a forma de Fundação de Solidariedade Social, sem prejuízo do espírito e disciplina religiosa que a informa, regendo-se pelas disposições do Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social e demais normas aplicáveis, desde que no respeito pelas disposições da Concordata de 2004.

A OSJO tem a sua sede na Rua das Fontes nº 3-A, freguesia de S. Mamede, Concelho e Distrito de Évora, Arquidiocese de Évora e por âmbito geográfico de acção prioritária o território correspondente ao da Arquidiocese de Évora, onde poderá criar, dentro das suas disponibilidades e para a realização dos seus fins estatutários, as delegações e respostas sociais que achar convenientes.

2. OBJECTIVOS E PRINCÍPIOS INSPIRADORES

A OSJO tem por objectivo a promoção humana global da família, abrangendo adultos, jovens e crianças provenientes das classes mais desfavorecidas, às quais dará preferência.

Na orientação e formação moral dos utentes tem como base a Religião Católica.

Na prossecução dos seus fins, a Fundação orienta a sua acção sócio-caritativa à luz da Doutrina Social da Igreja tendo em conta, entre outros, os seguintes princípios inspiradores e objectivos:

- a) O conceito unitário e global da pessoa humana e o respeito pela sua dignidade;
- b) O aperfeiçoamento cultural, espiritual, social e moral de todos os beneficiários;
- c) A promoção integral de todos os utentes, num espírito de solidariedade humana, cristã e social;
- d) A promoção de um espírito de integração comunitária, de modo a que as populações e os seus diversos grupos se tornem promotores da sua própria valorização;
- e) O espírito de convivência e de solidariedade social como factor decisivo de trabalho comum, tendente à valorização integral dos indivíduos, das famílias e demais agrupamentos da comunidade;

f) O desenvolvimento do sentido de solidariedade e da criação de estruturas de partilha de bens, fomentando o voluntariado;

g) O respeito pela liberdade de consciência, formação cristã aos seus beneficiários e a não permissão de qualquer actividade que se oponha aos princípios cristãos;

h) O incentivo do espírito de convivência humana como factor decisivo do trabalho em comum tendente à valorização integral das pessoas e das famílias;

i) A prioridade à protecção das pessoas mais pobres e desfavorecidas ou atingidas por calamidades, mobilizando para tal os recursos humanos e materiais necessários à criação e manutenção de estruturas de apoio às famílias ou a determinados sectores da população, como aos idosos, aos jovens e às crianças;

j) A resposta possível a todas as formas de pobreza, exercendo assim a sua finalidade sócio-caritativa;

k) Os benefícios da cooperação com os grupos permanentes ou ocasionais que, no âmbito local ou regional, se ocupem da promoção, assistência e melhoria da vida das populações;

l) A utilidade de recurso a grupos de trabalho tecnicamente preparados e devidamente qualificados;

m) A escolha dos seus próprios agentes (administradores, trabalhadores, colaboradores, voluntários) de entre pessoas que partilhem, ou pelo menos respeitem, a identidade católica das obras de caridade.

3. BREVES DADOS HISTÓRICOS

3.1. Fundador - Monsenhor João Luís de Carvalho



Nascido a 1 de Junho de 1909, na localidade de Figueiredo, concelho da Sertã, diocese de Portalegre-Castelo Branco, entrou no Seminário Maior de Évora em 1924, tendo concluído a sua formação académica na Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, onde se doutorou em Filosofia e se licenciou em Teologia e Direito Canónico, respectivamente.

No dia 28 de Outubro de 1934, na Capela do Colégio Inglês, em Roma, recebeu a ordenação sacerdotal por Sua Eminência, o Senhor Cardeal D. Francesco Marchetti-Selvaggiani, então Vigário-Geral do Santo Padre para a cidade de Roma, ficando ao serviço da Arquidiocese de Évora.

Nomeado Cónego da Basílica Metropolitana de Évora, em 1937, foi também Professor, Prefeito e Vice-Reitor do Seminário Maior de Évora, Pároco da Sé entre 1938 e 1951, Pároco de S. Mamede de 1951 a 1982 e Administrador Paroquial da Freguesia de N^a Sr^a de Machede, de 1986 a 1988.

No dia da sua tomada de posse na Paróquia de S. Mamede, viria a receber o título de Prelado Doméstico de Sua Santidade (Monsenhor), como “presente” do 17^o aniversário da sua ordenação sacerdotal.

Nomeado, em 1961, por Breve de Sua Santidade o Papa João XXIII, Arcediago do Cabido da Basílica Metropolitana de Évora, viria também a desempenhar a função de Tesoureiro-Mor do supradito Cabido.

Fundou, em 1957, o Cenáculo das Cooperadoras Apostólicas e, um ano depois, a Obra de S. José Operário, Fundação de Solidariedade Social sediada na Rua das Fontes, 3-A, em Évora, e cuja acção sócio-caritativa se estende actualmente às localidades de Évora, N^a Senhora de Machede, S. Miguel de Machede e Montoito.

De entre as inúmeras acções pastorais que desempenhou com enorme humildade e zelo reconhecido por todos, destaca-se a de Professor de Moral na

Escola do Magistério Primário e de Assistente Espiritual da Junta Diocesana da Acção Católica e dos diversos organismos da mesma, sucedendo, neste âmbito, a D. Francisco Maria da Silva, Arcebispo de Braga.

Depois de um longo percurso de sofrimento, viria a falecer serenamente, no dia 16 de Novembro de 1991, na Casa de S. José Operário, em Évora, com fama de santidade.

Foi-lhe atribuída, na toponímia do Bairro do Granito-Sul (Évora), em 15 de Maio de 2002, uma Praceta com o topónimo: “Dr. João Luís de Carvalho”.

Foi ainda aprovada, em reunião camarária de 25/10/2006, para a Urbanização “Cerca de Santa Mónica”, o topónimo: “Rua Monsenhor João Luís de Carvalho”.

3.2. Fundação de Solidariedade Social

No dia 22 de Setembro de 1957 é criada, em Évora, por Monsenhor Carvalho, a OSJO e aprovados canonicamente os primeiros Estatutos pelo Arcebispo D. Manuel Trindade Salgueiro, no dia 19 de Março de 1958;

Começou com um jardim infantil e a seguir com um serviço de apoio aos idosos mais carenciados e às famílias de operários (a marca do carisma da Obra centra-se no apoio e assistência às famílias mais carenciadas);

Em 19 de Julho de 1984 recebe o estatuto de “Instituição Particular de Solidariedade Social” e é inscrita no Livro das Fundações.

A partir dessa data, a Fundação - com sede na Rua das Fontes, 3-A, em Évora- passou a alargar os horizontes da sua acção social e a estender-se às localidades de Nossa Senhora de Machede, S. Miguel de Machede, Montoito, Aldeias de Montoito, Vale do Pereiro e S. Gregório (nestas três últimas localidades – nas quais já não está há três anos- a Obra teve a funcionar, respectivamente, um Centro de Dia e um Serviço de Apoio Domiciliário).

Apoiou, também durante algum tempo, e na sua génese, os Centros Sociais e Paroquiais de S. Gregório e Cabeção, respectivamente.

Presentemente possui as seguintes respostas sociais nestas localidades, e que mantém com acordos estabelecidos com o Centro Distrital de Segurança Social de Évora:

- Évora (uma Estrutura Residencial para Idosos, sito no Bairro do Bacelo; duas salas de Creche (uma de Berçário) e duas salas de Jardim de Infância, na Rua do Menino Jesus;
- Nossa Senhora de Machede (Estrutura Residencial para Idosos e Serviço de Apoio Domiciliário);
- S. Miguel de Machede (Estrutura Residencial para Idosos, Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário);
- Montoito (Estrutura Residencial para Idosos, Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário e Cantina Social).

4. ONDE ESTAMOS E O QUE FAZEMOS?

4.1. ÉVORA

Com cerca de 50.000 habitantes a cidade de Évora é o principal pólo urbano da região, em termos populacionais e funcionais. A dinâmica social e económica da cidade tem conseguido contrariar a tendência da região no seu conjunto, mantendo um crescimento idêntico ao de outras cidades médias portuguesas. Nas últimas décadas a urbanização crescente da população apresenta-se como uma tendência a nível global, com o incremento da transferência da população dos aglomerados de pequena dimensão para os centros urbanos, seja para as grandes metrópoles seja para as cidades médias.

A esta realidade associa-se ainda um saldo migratório positivo. As projecções demográficas para 2016 assentam no movimento migratório como suporte do crescimento da população.

Pela sua dimensão, centralidade e visibilidade no contexto nacional, Évora emerge como o pólo com melhores condições para liderar a hierarquia do sistema urbano regional. Com efeito, a cidade assume claramente uma vocação patrimonial, cultural, universitária, e de serviços, com qualidade ambiental, que procura potenciar toda a área envolvente à própria cidade.

A população na Área Urbana, a partir da década de 70, tem vindo sucessivamente a aumentar. Entre 1970 e 1981, registou-se uma variação na

ordem dos 24% (correspondente a cerca de 6670 residentes). Nos últimos 20 anos, a cidade tem revelado uma significativa capacidade atractiva, embora de forma mais moderada, que a ocorrida nos anos 70. Assinale-se ainda que as taxas de crescimento da população, verificadas na cidade desde os anos 70, são significativamente superiores às da média concelhia.

Numa perspectiva evolutiva, constata-se que a cidade de Évora sofreu apenas um decréscimo populacional nos anos 60, num contexto em que o Concelho perdeu mais de 3 000 habitantes. Esta diminuição da população na década de 60 encontrará explicação nos movimentos migratórios.

As freguesias rurais, numa situação de declínio populacional desde a década de 60, têm vindo sucessivamente a perder habitantes. Assim, assiste-se ao despovoamento das áreas rurais, inicialmente devido aos elevados e contínuos fluxos migratórios e, nas últimas décadas, já decorrente do processo de envelhecimento demográfico.

A maior diminuição de população residente na área rural ocorreu nos anos 60, à semelhança do fenómeno descrito anteriormente para o concelho e para a cidade de Évora, que encontrará explicação nos movimentos migratórios para a área metropolitana de Lisboa, para o litoral e para o estrangeiro. Contudo, apesar de nas décadas seguintes essa redução populacional ter sido significativamente menor, distingue-se claramente do comportamento do concelho, que demonstrou uma capacidade atractiva.

Este declínio populacional da área rural decorre também da urbanização crescente da população, uma tendência pesada a nível global.

Atendendo ao processo de envelhecimento em que a área rural se encontra e aos saldos migratórios negativos, será de esperar que se registre uma quebra nos nascimentos, ainda que se mantenham os mesmos níveis de fecundidade.

A procura de melhores condições de vida e o estabelecimento de valores profissionais têm sido na sua grande maioria responsáveis pelo movimento rumo às cidades médias no nosso país e na Europa.

A emergência de novos valores em termos sociais e a consequente alteração de comportamentos, de que são exemplo o desdobramento familiar, a

forte diminuição da natalidade, o aumento da participação feminina no mercado de trabalho ou a explosão da procura do ensino superior têm necessariamente implicações no ordenamento do território, pois implicam, por exemplo, um aumento da procura de alojamento superior ao aumento demográfico no caso das mulheres activas e uma maior mobilidade dos jovens quando em procura de maiores habilitações académicas para a sua formação.

Foram precisamente aquelas mudanças, às quais o Fundador esteve particularmente atento, e a necessidade de ajuda à terceira idade que estava a ficar sem uma retaguarda de apoio, pois os seus filhos e netos saíam em procura de melhores condições de vida, que o levaram a fazer todos os esforços ao seu alcance para pôr em prática e em funcionamento as respostas sociais de Creche, Jardim de Infância e Lar de Idosos.

4.1.1. Creche e Jardim de Infância

A Fundação dispõe de:

- Uma sala de Berçário (0-1 ano): com lotação para 10 crianças;
- Uma sala de Creche (1-3 anos), com lotação para 16 crianças;
- Duas salas de Jardim de Infância: com lotação para 47 crianças.



4.1.2. Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário



De 1959 a 2006, o Lar de Idosos da OSJO em Évora funcionou nas instalações da Rua das Fontes, 3-A. Porém, devido às condições exíguas do espaço e aos muitos pedidos de acolhimento, quer de particulares quer dos serviços da Segurança Social, houve necessidade de alargar esta resposta social.

Foi construído um novo Lar em terreno cedido pela Câmara Municipal de Évora, no Bº do Bacelo, Rua Transversal, nº 20, e inauguradas as suas instalações em 11 de Agosto de 2007.

A Estrutura Residencial para pessoas Idosas possui uma lotação para 45 utentes.

Funcionam ainda nestas instalações, respectivamente, um Centro de Dia para 30 utentes e um Serviço de Apoio Domiciliário para 13 utentes (tratamento de roupa) e 40 (serviço de refeições).

4.2. S. MIGUEL DE MACHEDE

É uma freguesia rural do concelho de Évora, com cerca de 980 habitantes, ocupando perto de 80 Km². Fica situada no Nordeste deste concelho e tem por limites: a Sul, a freguesia de Nossa Senhora de Machede; a Norte, a freguesia de São Bento do Mato; a Este, o concelho de Redondo; a Oeste, o centro urbano de Évora. Como principal povoação e sede de freguesia temos a vila de São Miguel de Machede, que lhe deu o nome. Conforme tendência demográfica verificada na generalidade do Alentejo, a sua população está envelhecida e em regressão quantitativa. Apesar da diminuição do número de pessoas por agregado familiar, o número de famílias mantém-se relativamente estável. O número de alojamentos tem aumentado, cerca de 6% por decénio, sendo admissível que tal dinâmica se mantenha, já que a percentagem de fogos ocupados por famílias residentes ainda é significativo, se comparado com o resto do país. A actividade económica localizada na povoação é muito pouco significativa. Serve, pois, como dormitório da população activa que diariamente se desloca para Évora.



Foi exactamente nesta freguesia que, desde **1985** e pelas razões atrás apontadas, começou a funcionar a resposta social de Serviço de Apoio Domiciliário, Creche e Centro de Dia. Como as carências continuavam a aumentar e a casa já era pequena para o efeito, por vontade expressa do seu fundador, a Fundação aventurou-se na compra de uma casa, tendo sido este o

último empreendimento projectado e orientado por Monsenhor Carvalho que acabou de pagar o empréstimo para a aquisição da referida casa poucos dias antes da sua morte.

Aqui existem 8 utentes residentes e uma capacidade para 17 em Centro de Dia e 5 em Serviço de Apoio Domiciliário.

4.3. NOSSA SENHORA DE MACHEDE



Machede é a alatinuação do termo árabe “madchas”, que significa *Terra do Senhor* ou *Lugar Santo*. Aglomerado rural desde épocas imemoriais (Pinho Leal atribui-lhe tão remota origem, que funda a paróquia no ano 672, governando o Rei Godo Wanba). Não se conhece concretamente qual a data da fundação da povoação mas sabe-se que a sua origem vem de épocas remotas e a sua área englobava também as actuais freguesias de S. Miguel de Machede e de S. Bento do Mato. É também sabido que, no início da nacionalidade, a povoação de Nossa Senhora de Machede era administrada pela Igreja Eborense, pelo que se pode afirmar que, quer a povoação, quer a freguesia, são das mais antigas do concelho de Évora.

Foi nesta pequena vila e enquanto ali exerceu as funções de pároco, embora durante pouco tempo, que Monsenhor Carvalho adquiriu, com bastantes dificuldades monetárias, uma casa que, depois de restaurada, foi inaugurada no dia **16 de Março de 1991** e na qual passaram a funcionar as respostas sociais de Serviço de Apoio Domiciliário a Idosos, Creche, Jardim de Infância e Actividades de Tempos Livres para crianças e adolescentes.

Actualmente, é prestado apoio a 16 utentes residentes e em Serviço de Apoio Domiciliário possui uma lotação para 24 utentes (tratamento de roupa) e 57 (serviço de refeições).

4.4. MONTOITO



Por último, no concelho de Redondo, mais precisamente na freguesia de Montoito (aglomerado muito característico da região, que apresenta longas bandas de construções de um piso, formando planos contínuos ao longo dos arruamentos e que mantém uma considerável importância no sul do concelho), entrou em funcionamento em **12 de Maio de 1990**, num edifício da Junta de Freguesia da localidade, mais uma estrutura da OSJO que actualmente, já nas instalações da antiga Casa do Povo, presta apoio a 14 idosos residentes e tem uma lotação para 18 em Centro de Dia, 20 em Serviço de Apoio Domiciliário e uma Cantina Social (distribuem-se cerca de 10 refeições diárias a famílias carenciadas).

2ª PARTE

PROJECTO EDUCATIVO (2016-2019):

“CUIDAR NA NATUREZA, a nossa Casa Comum”

O. INTRODUÇÃO

Os cientistas dizem que a Humanidade está a chegar ao limite do uso dos recursos naturais existentes na Terra. Prevêem o fim de alguns minérios para daqui a uns 20-30 anos.

Fenómenos devastadores cada vez mais frequentes (ciclones, fogos, florestais, chuvas torrenciais, inundações) são o resultado do abuso da Natureza e dos seus recursos.

Com este Projecto queremos contribuir para uma maior consciencialização em relação à preservação do nosso planeta, sendo o documento orientador em termos

metodológicos e pedagógicos e, portanto, a base de elaboração dos Planos Pedagógicos e Curriculares de Sala (Infância) e dos Planos Anuais de Actividades (Idosos) até 2019.

Com pequenos gestos (por exemplo: reparação, reciclagem e reuso) estaremos a dar o nosso contributo para um mundo mais sustentável.

O Projecto Educativo da Fundação Obra de S. José Operário (OSJO) contempla a criação de espaços de aprendizagem e partilha diversificada e enriquecedora de saberes não curriculares, aliados às práticas pedagógicas de carácter disciplinar.

É neste contexto que o projecto ***“Cuidar da Natureza, a nossa Casa Comum”*** permite explorar diversos domínios de aprendizagem, onde os utentes possam desenvolver competências de domínio técnico, científico e cívico no contexto ambiental, com vista a encorajar acções e reconhecer o trabalho de qualidade desenvolvido pela OSJO no âmbito da educação para a sustentabilidade e para a cidadania.

Aos utentes (tanto crianças como idosos) é-lhes dirigido o desafio de se habituarem a participar nos processos de decisão e a tomarem consciência da importância do Ambiente no dia-a-dia da sua vida pessoal, familiar e comunitária.

O Projecto visa, igualmente, estimular a criação de parcerias locais entre a OSJO e as autarquias e outros organismos, procurando contribuir para um maior envolvimento e participação em todo o processo de educação ambiental e desenvolvimento sustentável e levando a cabo iniciativas que tenham um carácter informativo e prático que possam conduzir, num futuro próximo, a acções e tomadas de decisão assertivas no que ao Ambiente diz respeito.

De realçar que os efeitos de um projecto desta envergadura nunca podem ser estimados ao fim de três anos e que para se conseguirem obter resultados francamente positivos é necessário o envolvimento da OSJO no seu todo e, particularmente, da comunidade educativa (utentes, docentes, colaboradores e familiares).

Contamos, por isso, com a colaboração e apoio de todos na transformação ecológica da OSJO!

1. ENQUADRAMENTO

O Projecto ***“Cuidar da Natureza, a nossa Casa Comum”*** enquadra-se e é resultado do desafio lançado pelo Papa Francisco na sua encíclica “Laudato Sí” (Sigla **LS**),

de 24 de Maio de 2015. Tratando-se a OSJO de uma instituição de matriz cristã, com princípios, valores e uma identidade própria seguirá, neste Projecto, as principais linhas orientadoras da Igreja realçadas pelo Sumo Pontífice, no modo de contemplar, cuidar/guardar e cultivar os dons da Terra.

Deste modo, apresenta-se em primeiro lugar, e já de seguida, à guisa de contextualização e enquadramento da temática do presente Projecto Educativo, uma breve síntese do documento papal que lhe serviu de base:

A encíclica "Laudato Si'" [*Louvado sejas*] do Papa Francisco, 246 parágrafos divididos em seis capítulos, acrescenta um novo contributo à doutrina social da Igreja. É um texto articulado, muito específico em vários aspectos, que cita documentos de muitas conferências episcopais, incluindo a portuguesa. Ao dirigir-se não só aos cristãos, mas "a cada pessoa que habita neste planeta", Francisco invoca a solidariedade universal para unir toda a família humana na busca de um desenvolvimento sustentável e integral; valoriza as palavras dos predecessores, como é o caso de Bento XVI, de quem reitera o convite a eliminar as causas estruturais das disfunções da economia mundial e corrigir os modelos de crescimento que parecem incapazes de garantir o respeito do meio ambiente.

O texto, que pela primeira vez numa encíclica inclui a citação de um místico do sufismo, *Ali Al-Khawwas*, destaca também a «contribuição do amado Patriarca Ecuménico Bartolomeu», em particular no que respeita ao seu apelo à necessidade de cada um se arrepender do próprio modo de maltratar o planeta.

O Papa propõe o modelo de S. Francisco de Assis, de quem se aprende como são inseparáveis a preocupação pela natureza, a justiça para com os pobres, o empenhamento na sociedade e a paz interior.

A «nossa casa» poluída

O documento enfrenta o tema da poluição: os poluentes atmosféricos que «provocam milhões de mortes prematuras», em particular entre os mais pobres; e também a poluição causada pelos fumos da indústria, pelas descargas, pelos pesticidas, pelos resíduos. «A terra, nossa casa, parece transformar-se cada vez mais num imenso depósito de lixo».

Francisco explica que «há um consenso científico muito consistente, indicando que estamos perante um preocupante aquecimento do sistema climático» devido, na sua maioria, à grande concentração de gases com efeito de estufa. A humanidade «deve tomar consciência da necessidade de mudanças de estilos de vida, de produção e de consumo, para combater este aquecimento». O Papa cita «o derretimento das calotas polares e dos glaciares», a par da «perda das florestas tropicais». «Os impactos mais sérios recairão, nas próximas décadas, sobre os países em vias de desenvolvimento.» «Por isso, tornou-se urgente e imperioso o desenvolvimento de políticas capazes de fazer com que, nos próximos anos, a emissão de anidrido carbónico e outros gases altamente poluentes se reduza drasticamente».

A seguir, a encíclica centra-se na questão do esgotamento dos recursos naturais e na «impossibilidade de sustentar o nível actual de consumo dos países mais desenvolvidos». Fala da «pobreza da água pública», que se verifica «especialmente em África». Perante a «tendência para se privatizar este recurso escasso, tornando-se uma mercadoria sujeita às leis do mercado», recorda que «o acesso à água potável e segura é um direito humano essencial, fundamental e universal».

A perda da biodiversidade é outro dos problemas reflectidos no documento. Entre os «lugares que requerem um cuidado particular pela sua enorme importância para o ecossistema mundial», Francisco menciona os «pulmões do planeta repletos de biodiversidade que são a Amazónia e a bacia fluvial do Congo, ou os grandes lençóis freáticos e os glaciares». Convida a não «ignorar também os enormes interesses económicos internacionais que, a pretexto de cuidar deles, podem atentar contra as soberanias nacionais».

O deterioramento da qualidade da vida humana e da degradação social manifesta-se, por exemplo, no «crescimento desmedido e descontrolado de muitas cidades que se tornaram pouco saudáveis para viver», seja pela poluição seja pelo caos urbano. Convidando a reflectir sobre a «desigualdade planetária», Francisco recorda que «o ambiente humano e o ambiente natural degradam-se em conjunto», atingindo os mais fracos. Problemas que «não encontram espaço suficiente nas agendas do mundo». Por isso, recorda que «uma verdadeira abordagem ecológica sempre se torna uma abordagem social, que deve integrar a justiça nos debates sobre o meio ambiente, para ouvir tanto o clamor da terra como o clamor dos pobres».

A solução, adverte, não passa pela «redução da natalidade», que se quer atingir inclusive com «pressões internacionais sobre países em vias de desenvolvimento». Existe, acrescenta, uma verdadeira «dívida ecológica» entre Norte e Sul: «O aquecimento causado pelo enorme consumo de alguns países ricos tem repercussões nos lugares mais pobres da terra». «É necessário que os países desenvolvidos contribuam para resolver esta dívida, limitando significativamente o consumo de energia não renovável e fornecendo recursos aos países mais necessitados». «As regiões e os países mais pobres têm menos possibilidade de adoptar novos modelos de redução do impacto ambiental».

Estas situações exigem uma mudança de rota, um «sistema normativo que inclua limites invioláveis e assegure a protecção dos ecossistemas». Francisco denuncia «a fraqueza da reacção política internacional», e «com muita facilidade, o interesse económico chega a prevalecer sobre o bem comum e manipular a informação para não ver afectados os seus projectos».

«Os poderes económicos continuam a justificar o sistema mundial actual, onde predomina uma especulação e uma busca de receitas financeiras»; hoje, «qualquer realidade que seja frágil, como o meio ambiente, fica indefesa face aos interesses do mercado divinizado, transformados em regra absoluta». Diante do esgotamento de alguns recursos vai sendo criado «um cenário favorável para novas guerras, disfarçadas sob nobres reivindicações». A política deve estar mais atenta, mas o poder, ligado com a finança, é o que maior resistência põe a tal esforço».

O Papa reconhece que há diversidade de opiniões sobre a situação e sobre as possíveis soluções. E cita dois extremos: quem sustenta que «os problemas ecológicos resolver-se-ão simplesmente com novas aplicações técnicas, sem considerações éticas nem mudanças de fundo»; e aqueles para quem «o ser humano, com qualquer uma das suas intervenções, só pode ameaçar e comprometer o ecossistema mundial, pelo que convém reduzir a sua presença no planeta e impedir-lhe todo o tipo de intervenção». «Sobre muitas questões concretas, a Igreja não tem motivo para propor uma palavra definitiva», mas «basta (...) olhar a realidade com sinceridade, para ver que há uma grande deterioração da nossa casa comum».

O Evangelho da criação

No segundo capítulo, Francisco convida a considerar o ensinamento bíblico sobre a criação, recordando que «a ciência e a religião, que fornecem diferentes abordagens da realidade, podem entrar num diálogo intenso e frutuoso para ambas», e que para resolver os problemas «é necessário recorrer também às diversas riquezas culturais dos povos, à arte e à poesia, à vida interior e à espiritualidade».

«A Bíblia ensina que cada ser humano é criado por amor, feito à imagem e semelhança de Deus.» «Não somos Deus. A terra existe antes de nós e foi-nos dada», escreve Francisco, afirmando que o convite a «"dominar" a Terra» contido no livro do Génesis não significa favorecer «a exploração selvagem da natureza». Somos chamados a reconhecer que «cada criatura é objecto da ternura do Pai que lhe atribui um lugar no mundo». A acção da Igreja não só procura recordar o dever de proteger a Natureza, mas ao mesmo tempo deve «sobretudo proteger o Homem da destruição de si mesmo».

O documento convida a não «igualar todos os seres vivos» e a não «divinizar a Terra». Francisco critica a «obsessão de negar qualquer preeminência à pessoa humana, conduzindo-se uma luta em prol das outras espécies que não se vê na hora de defender igual dignidade entre os seres humanos». «É evidente a incoerência de quem luta contra o tráfico de animais em risco de extinção, mas fica completamente indiferente perante o tráfico de pessoas, desinteressa-se dos pobres ou procura destruir outro ser humano de que não gosta. Isto compromete o sentido da luta pelo meio ambiente.

Uma crise causada pelo ser humano

No terceiro capítulo, o Papa sublinha a «raiz humana da crise ecológica», concentrando-se no «paradigma tecnocrático dominante». «Ciência e tecnologia são um produto estupendo da criatividade humana», mas não podemos «ignorar que a energia nuclear, a biotecnologia, a informática, o conhecimento do nosso próprio DNA e outras potencialidades que adquirimos, nos dão um poder tremendo». Desta forma, «dão, àqueles que detêm o conhecimento e sobretudo o poder económico para o desfrutar,

um domínio impressionante sobre o conjunto do género humano». E é «tremendamente arriscado» que esta poder «resida numa pequena parte da humanidade».

«A economia assume todo o desenvolvimento tecnológico em função do lucro (...). A finança sufoca a economia real. Não se aprendeu a lição da crise financeira mundial e, muito lentamente, se aprende a lição do deterioramento ambiental. Nalguns círculos, defende-se que a economia actual e a tecnologia resolverão todos os problemas ambientais», do mesmo modo que se afirma que «os problemas da fome e da miséria no mundo serão resolvidos simplesmente com o crescimento do mercado». «Mas o mercado, por si mesmo, não garante o desenvolvimento humano integral nem a inclusão social.»

Perante este contexto, a cultura ecológica «deveria ser um olhar diferente, um pensamento, uma política, um programa educativo, um estilo de vida e uma espiritualidade que oponham resistência ao avanço do paradigma tecnocrático». «O que está a acontecer põe-nos perante a urgência de avançar numa corajosa revolução cultural. (...) Ninguém quer o regresso à Idade da Pedra, mas é indispensável abrandar a marcha para olhar a realidade doutra forma».

«Quando, na própria realidade, não se reconhece a importância dum pobre, dum embrião humano, duma pessoa com deficiência – só para dar alguns exemplos –, dificilmente se saberá escutar os gritos da própria natureza. Tudo está interligado.» E «também não é compatível a defesa da natureza com a justificação do aborto». «A cultura do relativismo é a mesma patologia que impele uma pessoa a aproveitar-se de outra e a tratá-la como mero objecto (...). É também a lógica interna daqueles que dizem: "Deixemos que as forças invisíveis do mercado regulem a economia".» Se não há verdades objectivas e princípios estáveis os programas políticos e as leis não bastam para «evitar os comportamentos que afectam o meio ambiente, porque quando é a cultura que se corrompe» as «leis só se poderão entender como imposições arbitrárias e obstáculos a evitar».

Francisco trata depois da necessidade de «defender o trabalho» humano, que não deve ser substituído com o progresso tecnológico. O verdadeiro objectivo na ajuda aos pobres «deveria ser sempre consentir-lhes uma vida digna através do trabalho». O texto recorda que «as autoridades têm o direito e a responsabilidade de adoptar medidas de apoio claro e firme aos pequenos produtores e à diversificação da

produção», e «às vezes, para que haja uma liberdade económica da qual todos realmente beneficiem, pode ser necessário pôr limites àqueles que detêm maiores recursos e poder financeiro».

A propósito da inovação biológica, são prudentes os parágrafos dedicados aos organismos geneticamente modificados, sobre os quais é «difícil emitir um juízo geral». O Papa recorda que «muitas vezes as mutações genéticas foram e continuam a ser produzidas pela própria natureza. E mesmo as provocadas pelo ser humano não são um fenómeno moderno». Reconhece que a utilização dos cereais transgénicos nalgumas regiões produziu um crescimento económico que contribuiu para resolver determinados problemas», mas cita também «dificuldades importantes que não devem ser minimizadas», como a «concentração de terras produtivas nas mãos de poucos» e a «tendência para o desenvolvimento de oligopólios na produção de sementes». Por isso, é preciso assegurar «um debate científico e social que seja responsável e amplo, capaz de considerar toda a informação disponível». «Além disso, é preocupante constatar que alguns movimentos ecologistas defendem a integridade do meio ambiente e, com razão, reclamam a imposição de determinados limites à pesquisa científica, mas não aplicam estes mesmos princípios à vida humana», como acontece com as «experiências com embriões humanos vivos».

Para uma ecologia integral

No quarto capítulo, Francisco sublinha a importância de uma aproximação integral «para combater a pobreza» e ao mesmo tempo «cuidar da natureza». «A análise dos problemas ambientais é inseparável da análise dos contextos humanos, familiares, laborais, urbanos, e da relação de cada pessoa consigo mesma». O Papa fala de «ecologia social», recordando que «vários países são governados por um sistema institucional precário, à custa do sofrimento do povo», ocorrendo «com excessiva frequência comportamentos ilegais». Mesmo onde existem normas sobre o ambiente, nem sempre são aplicadas. Francisco cita depois «a ecologia cultural» e pede atenção para as culturas locais. Convida a não «resolver todas as dificuldades através de normativas uniformes», explica a necessidade de assumir «a perspectiva dos direitos dos povos e das culturas».

porque «a imposição dum estilo hegemónico de vida ligado a um modo de produção pode ser tão nocivo como a alteração dos ecossistemas».

A seguir, elogia a «criatividade e generosidade de pessoas e grupos que são capazes de dar a volta às limitações do ambiente, modificando os efeitos adversos dos condicionalismos e aprendendo a orientar a sua existência no meio da desordem e precariedade». E dá exemplos referentes à urbanização: quem projecta edifícios, bairros e cidades deve servir «a qualidade de vida das pessoas, a sua harmonia com o ambiente, o encontro e ajuda mútua», escutando o ponto de vista dos habitantes. Francisco não esquece o problema dos transportes e a poluição causada pelos automóveis nas cidades, assim como a prioridade que deve ser dada aos transportes públicos que, todavia, devem ser melhorados, dado que em muitas cidades assiste-se a um «tratamento indigno das pessoas devido à superlotação, ao desconforto ou à reduzida frequência dos serviços e à insegurança».

A ecologia humana significa também «ter apreço pelo próprio corpo na sua feminilidade ou masculinidade» e, por isso, «não é salutar um comportamento que pretenda cancelar a diferença sexual, porque já não sabe confrontar-se com ela». Da ecologia humana é inseparável a noção de «bem comum», que «pressupõe o respeito pela pessoa humana enquanto tal, com direitos fundamentais e inalienáveis», orientados para o seu desenvolvimento integral», o que «exige também os dispositivos de bem-estar e segurança social e o desenvolvimento dos vários grupos intermédios, aplicando o princípio da subsidiariedade. Entre tais grupos, destaca-se de forma especial a família enquanto célula basilar da sociedade».

Como agir

No quinto capítulo, Francisco define como «indispensável um consenso mundial que leve, por exemplo, a programar uma agricultura sustentável e diversificada, desenvolver formas de energia renováveis e pouco poluidoras». A «tecnologia baseada em combustíveis fósseis» deve ser, «progressivamente e sem demora, substituída», observando que «a política e a indústria reagem com lentidão» e que «as cimeiras mundiais sobre o meio ambiente dos últimos anos não corresponderam às expectativas». Os progressos sobre as alterações climáticas e a redução dos gases com

efeito de estufa «são, infelizmente, muito escassos», também «por causa das posições dos países que privilegiam os seus interesses nacionais sobre o bem comum global». O Papa alerta para as consequências de algumas estratégias para combater as emissões de gás que penalizam os países pobres com «pesados compromissos de redução de emissões», criando «uma nova injustiça sob a capa do cuidado do meio ambiente».

O texto alude à «perda de poder dos Estados nacionais, sobretudo porque a dimensão económico-financeira, de carácter transnacional, tende a prevalecer sobre a política», o que requer «instituições internacionais mais fortes (...), com autoridades designadas de maneira imparcial por meio de acordos entre os governos nacionais e dotadas de poder de sancionar». Ao mesmo tempo, cada Estado deve estar atento no seu território e encorajar as boas práticas.

Francisco analisa a política dos governos que, respondendo a interesses eleitorais, «não se aventuram facilmente a irritar a população com medidas que possam afetar o nível de consumo». E cita como exemplo positivo o desenvolvimento de «cooperativas para a exploração de energias renováveis, que consentem o autoabastecimento local», desejando o crescimento do papel das organizações e corpos intermédios da sociedade. O Papa acentua igualmente que é importante inserir o estudo sobre o impacto ambiental «desde o início» em qualquer projeto ou programa. Deixando sempre «um lugar privilegiado os moradores locais, aqueles mesmos que se interrogam sobre o que desejam para si e para os seus filhos».

Além disso, recorda que «a política não deve submeter-se à economia» e esta não deve submeter-se à tecnocracia. A propósito da crise financeira, afirma: «A salvação dos bancos a todo o custo, fazendo pagar o preço à população, sem a firme decisão de rever e reformar o sistema inteiro, reafirma um domínio absoluto da finança que não tem futuro e só poderá gerar novas crises depois duma longa, custosa e aparente cura». Francisco convida a «evitar uma conceção mágica do mercado, que tende a pensar que os problemas se resolvem apenas com o crescimento dos lucros». «Face ao crescimento ganancioso e irresponsável, que se verificou ao longo de muitas décadas – devemos pensar também em abrandar um pouco a marcha», aceitando «um certo decréscimo do consumo nalgumas partes do mundo», procurando recursos para que outras possam crescer saudavelmente. A carta refere que «o princípio da maximização do lucro, que tende a isolar-se de todas as outras considerações, é uma distorção conceptual da

economia» e que hoje «alguns setores económicos exercem mais poder do que os próprios Estados». É depois salientada a importância do contributo das religiões na solução dos problemas económicos, sociais e ambientais.

Uma espiritualidade ecológica

No último capítulo da encíclica, Francisco convida a outro estilo de vida, para evitar que a pessoa acabe por ser esmagada pelo «consumismo obsessivo» que é «o reflexo subjectivo do paradigma tecno-económico», que «faz crer a todos que são livres pois conservam uma suposta liberdade de consumir», ao passo que, na realidade, a liberdade está apenas nas mãos da «minoría que detém o poder económico e financeiro». «A obsessão por um estilo de vida consumista, sobretudo quando poucos têm possibilidades de o manter, só poderá provocar violência e destruição recíproca.»

Mas Francisco convida também a olhar também para o positivo que já existe e à possibilidade para os seres humanos de «voltar a escolher o bem»- Recordando que uma mudança nos estilos de vida pode «exercer uma pressão salutar sobre quantos detém o poder político, económico e social», como «quando os movimentos de consumidores conseguem que se deixe de adquirir determinados produtos e assim se tornam eficazes na mudança do comportamento das empresas, forçando-as a reconsiderar o impacto ambiental e os modelos de produção».

«A consciência da gravidade da crise cultural e ecológica precisa de traduzir-se em novos hábitos», o que implica «um desafio educativo». E é preciso começar desde pequeno a fazer escolhas quotidianas. O documento recorda o papel educativo da família no cuidado pela vida e o uso correto das coisas. E se compete «à política e às várias associações um esforço de formação das consciências da população», o mesmo se diz da Igreja: Francisco espera que nos seminários e nas casas religiosas formativas «se eduque para uma austeridade responsável».

O Papa pede uma «conversão ecológica» que reconheça o mundo «como dom recebido do amor do Pai». A espiritualidade cristã «encoraja um «estilo de vida profético e contemplativo, capaz de gerar profunda alegria sem estar obcecado pelo consumo». E «propõe um crescimento na sobriedade e uma capacidade de se alegrar com pouco». A ecologia integral requer uma «atitude do coração, que vive tudo com serena atenção,

que sabe manter-se plenamente presente diante duma pessoa sem estar a pensar no que virá depois». Francisco sugere, como exemplo, «agradecer a Deus antes e depois das refeições», convidando também a contemplar o mistério «numa folha, numa vereda, no orvalho, no rosto do pobre». A concluir a encíclica, Francisco propõe duas orações: «Pela nossa terra» e «com a criação».

2. OBJECTIVOS

Em consonância com o exposto, os objectivos gerais do presente Projecto são:

- Sensibilizar a OSJO no geral e toda a Comunidade Educativa para os problemas ambientais;

- Promover a consciência ecológica e ambiental: flora e fauna de diversos ecossistemas, reflexão e adopção de estratégias de preservação e perseveração das espécies animais e vegetais, hábitos de separação de resíduos e poupança de recursos;

- Promover a consciência de consumo saudável dos recursos naturais e energéticos;

- Promover a consciência social: sensibilização para diferentes realidades sociais e culturais, definição de estratégias de interligação com idosos, pessoas com fragilidades físicas ou mentais, solidariedade para com pessoas em situação de carência social, entre outras;

Promover o desenvolvimento de competências que permitam escolhas e tomadas de decisões assertivas;

- Promover uma reflexão crítica, principalmente por parte dos utentes mais jovens, acerca dos seus comportamentos na área da Sustentabilidade;

- Encorajar acções para a Educação Ambiental e para a Cidadania;

- Reconhecer o trabalho desenvolvido pela OSJO em benefício do Ambiente;

- Envolver todos os membros da OSJO (utentes, técnicos, colaboradores e familiares) no sentido de desenvolverem esforços para implementar os princípios de acção do Projecto;

- Estabelecer parcerias com empresas/entidades locais de carácter público e privado;

- Dar resposta às várias solicitações e dúvidas no âmbito do Projecto.

3. RECURSOS HUMANOS

O Projecto **“Cuidar da Natureza, a nossa Casa Comum”** será coordenado, no primeiro ano, pela Professora *Ana Raquel Carapito Rei* e contará presente e posteriormente com a colaboração directa das Educadoras *Ana Rita Graciano, Dora Neves e Maria Gabriela Ceríaco*; dos Directores Técnicos *Isabel Reis, Patrícia Loução e Pedro Ferreira* e da Animadora Cultural *Isabel Cristina Sousa*.

Nas actividades a desenvolver intervirão utentes, familiares, encarregados de educação, ajudantes de acção educativa, ajudantes de acção directa, enfermeiros e entidades com as quais se estabelecerão parcerias.

A colaboração de todos é uma condição essencial à obtenção de resultados positivos, de modo a que os assuntos ambientais influenciem a forma de funcionamento da OSJO.

4. PARCERIAS

Para a execução do Projecto prevemos contar com a colaboração das Juntas de Freguesia, Câmaras Municipais, Núcleo Regional da QUERCUS, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (Núcleo de Évora- Serviços Florestais), Universidade de Évora, Fundação Eugénio de Almeida, Hospital Veterinário da Muralha-Évora, Associação “Cantinho dos Animais”, CCDRA (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo), “Suão- Associação para o Desenvolvimento Comunitário de S. Miguel de Machede”, APCE (Quinta do Pomarinho) e de outras empresas/entidades regionais e nacionais de carácter público e privado.

As parcerias visam a obtenção de informação, material de apoio, intercâmbio e outras acções nas diversas vertentes do Projecto.

5. PÚBLICO-ALVO

Uma das ideias deste Projecto é que seja, fundamentalmente, dos utentes (crianças e idosos) para os utentes (crianças e idosos), com o devido acompanhamento e orientação por parte dos docentes e técnicos.

Tentaremos, por isso, fazer um esforço de envolvimento de toda a Instituição. Esse objectivo será alcançado de modo a focar a atenção da comunidade envolvente no trabalho desenvolvido, realçando a evolução do desempenho ambiental da OSJO.

Não podemos esquecer que para termos o que nunca tivemos, temos de fazer o que nunca fizemos!

De facto, o envolvimento de todos é fundamental e trará, sem dúvida, benefícios mútuos.

6. ÁREAS E ACTIVIDADES A DESENVOLVER

As iniciativas no âmbito do Projecto serão implementadas nas actividades curriculares e extra-curriculares dos Planos Pedagógicos de Sala (área da Infância) e nos Planos Anuais de Actividades (área dos Idosos).

Na organização das actividades procurar-se-á sempre potencializar os recursos locais.

De salientar que as actividades propostas podem ser reformuladas ou acrescentadas outras, caso venham a ser pertinentes, de modo a uma maior consciencialização sobre os problemas ambientais, uma vez que a nossa grande meta é mudar comportamentos sócio-ambientais, de modo a atingir a sustentabilidade.

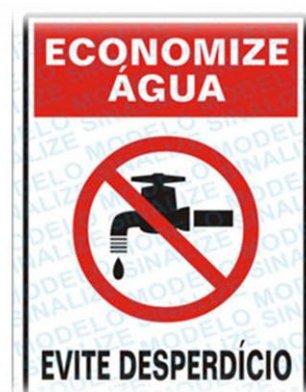
Sendo, de um modo particular, o Centro Infantil da OSJO um local de formação pessoal nas suas diversas vertentes, a realização de projectos que complementem e preparem o indivíduo como agente consciente e activo pelo ambiente é essencial.

«Para enfrentar os problemas de fundo, que não se podem resolver com acções de países isolados, torna-se indispensável um consenso mundial que leve, por exemplo, a programar uma agricultura sustentável e diversificada, desenvolver formas de energia renováveis e pouco poluidoras, fomentar uma maior eficiência energética, promover uma gestão mais adequada dos recursos florestais e marinhos, garantir a todos o acesso à água potável»

(LS 164)

Atendendo às especificidades e faixas etárias da OSJO, as temáticas consideradas mais relevantes e a serem tratadas são as seguintes: **Água, Resíduos, Energia, Florestas, Agricultura e Espécies em vias de extinção.**

- A) **ÁGUA:** «Nota-se um desperdício de água não só nos países desenvolvidos, mas também naqueles em vias de desenvolvimento que possuem grandes reservas. Isto mostra que o problema da água é, em parte, uma questão educativa e cultural, porque não há consciência da gravidade destes comportamentos num contexto de grande desigualdade» (LS 30).



- B) **RESÍDUOS:** «Culpar o incremento demográfico em vez do consumismo exacerbado e selectivo de alguns é uma forma de não enfrentar os problemas. Pretende-se, assim, legitimar o modelo distributivo actual, no qual uma minoria se julga com o direito de consumir numa proporção que seria impossível generalizar, porque o planeta não poderia sequer conter os resíduos de tal consumo. Além disso, sabemos que se desperdiça aproximadamente um terço dos alimentos produzidos, e a comida que se desperdiça é como se fosse roubada da mesa do pobre. Em todo o caso, é verdade que devemos prestar atenção ao desequilíbrio na distribuição da população pelo território, tanto a nível nacional como a nível mundial, porque o aumento do consumo levaria a situações regionais complexas pelas combinações de problemas ligados à poluição ambiental, ao transporte, ao tratamento de resíduos, à perda de recursos, à qualidade de vida» (LS 50).



C) **ENERGIA:** *«Sempre se verificou a intervenção do ser humano sobre a natureza, mas durante muito tempo teve a característica de acompanhar, secundar as possibilidades oferecidas pelas próprias coisas; tratava-se de receber o que a realidade natural por si permitia, como que estendendo a mão. Mas, agora, o que interessa é extrair o máximo possível das coisas por imposição da mão humana, que tende a ignorar ou esquecer a realidade própria do que tem à sua frente. Por isso, o ser humano e as coisas deixaram de se dar amigavelmente a mão, tornando-se contendentes. Daqui passa-se facilmente à ideia dum crescimento infinito ou ilimitado, que tanto entusiasmou os economistas, os teóricos da finança e da tecnologia. Isto supõe a mentira da disponibilidade infinita dos bens do planeta, que leva a “espremê-lo” até ao limite e para além do mesmo. Trata-se do falso pressuposto de que existe uma quantidade ilimitada de energia e de recursos a serem utilizados, que a sua regeneração é possível de imediato e que os efeitos negativos das manipulações da ordem natural podem ser facilmente absorvidos» (LS 106). «Nas cidades, a qualidade de vida está largamente relacionada com os transportes, que muitas vezes são causa de grandes tribulações para os habitantes. Nelas, circulam muitos carros utilizados por uma ou duas pessoas, pelo que o tráfico torna-se intenso, eleva-se o nível de poluição, consomem-se enormes quantidades de energia não-renovável...» (LS 153).*



D) **FLORESTAS, AGRICULTURA E ESPÉCIES EM VIAS DE EXTINÇÃO:** as florestas são um monumento vivo, a melhor memória e a melhor herança que podemos deixar para os próximos cem anos e para as gerações futuras: *«Os recursos da terra estão a ser depredados também por causa de formas imediatistas de entender a economia e a actividade comercial e produtiva. A*

perda de florestas e bosques implica simultaneamente a perda de espécies que poderiam constituir, no futuro, recursos extremamente importantes não só para a alimentação mas também para a cura de doenças e vários serviços. As diferentes espécies contêm genes que podem ser recursos-chave para resolver, no futuro, alguma necessidade humana ou regular algum problema ambiental» (LS 32). «Os ecossistemas das florestas tropicais possuem uma biodiversidade de enorme complexidade, quase impossível de conhecer completamente, mas quando estas florestas são queimadas ou derrubadas para desenvolver cultivos, em poucos anos perdem-se inúmeras espécies, ou tais áreas transformam-se em áridos desertos» (LS 38).



Enumeram-se, em seguida, as **ACTIVIDADES** a realizar em cada área, cuja calendarização será fixada nos diversos Planos Pedagógicos de Sala e nos Planos Anuais de Actividades:

ÁGUA

- Comemoração do Dia Mundial da Água (22 de Março);
- Visitas de estudo ao Pavilhão da Água- Lisboa;
- Visitas à Unidade de Museologia CEA – Antiga Central Elevatória das Águas- Évora;
- Visitas de estudo à ETAR de Évora;
- Visitas ao Centro *Ciência Viva*- Estremoz;
- Sessões sobre o Ciclo da Água-Universidade de Évora;
- Acções de sensibilização sobre poupança de água;
- Campanha **“Fechar as torneiras. Não ao pinga-pinga”/ “As torneiras fechar para a água poupar”**.



RESÍDUOS



- Campanha de recolha de vários resíduos (rolhas, tampas e garrafas de plástico, tinteiros e outros consumíveis informáticos, pilhas, etc);
- Recolha e pesagem mensal de tampas de plástico (infância);
- Recolha de embalagens de iogurte (idosos);
- Campanha de recolha de medicamentos fora do prazo de validade, em colaboração com as Farmácias (para trabalhadores e familiares dos utentes);
- Feitura de presépios com material usado (garrafas, iogurtes, rolos de papel higiénico, etc);
- Feitura de um mini *eco-ponto* por sala e/ou por edifício;
- Sessão sobre “Gestão Sustentável dos Recursos”, pela QUERCUS;
- Visitas à “Gesamb - Gestão Ambiental e de Resíduos”- Évora;
- Campanha **“Reciclar é transformar”**.

ENERGIA

- Comemoração do Dia Mundial da Energia (29 de Maio);
- Visita ao Museu da Electricidade-Lisboa;
- Monitorização do consumo energético em tempo real;
- Palestras/Workshops com cientistas, responsáveis da DECO, das Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia;
- Campanha de substituição de lâmpadas por LED;
- Exposição e divulgação de trabalhos elaborados pelos utentes;
- Campanha **“Desligar o botão”**.





FLORESTAS

- Comemoração do Dia Mundial da Árvore e da Floresta (21 de Março);
- Comemoração do Dia Mundial da Terra (22 de Abril);
- Comemoração do Dia Nacional da Conservação da Natureza (28 de Julho);
- Visitas de estudo ao Jardim Botânico de Lisboa;
- Campanha de poupança de papel/fotocópia: *“O papel reciclar para as árvores poupar”*.
- Exposição e divulgação anual de trabalhos elaborados por utentes e famílias: *“Poster Eco-OSJO”* e outros trabalhos em 3D.

AGRICULTURA E ESPÉCIES EM VIAS DE EXTINÇÃO

- Comemoração do Dia Mundial da Agricultura (20 de Março);
- Construção e cultivo de Hortinhas Biológicas;
- Visita a Quintas Pedagógicas;
- Contacto com animais: visitas ao Hospital Veterinário *Muralha de Évora*, Monte Selvagem (Lavre), Jardim Zoológico, Oceanário de Lisboa...;
- Comemoração do Dia Mundial do Animal (4 de Outubro), com apresentação da vida de S. Francisco de Assis e posterior elaboração de um álbum.



Actividades e práticas transversais a todas as temáticas:

- Agradecer a Deus pelos dons recebidos, antes e depois das refeições (Cf. LS 227);
- Campanhas de sensibilização;
- Palestras e Workshops;

-
- Exibição de filmes e documentários;
 - Apresentação mensal de uma histórica bíblica a partir da EDUCRIS, com implicações interdisciplinares;
 - Afixação semanal de uma frase bíblica sobre contemplação, cuidado e cultivo da Natureza;
 - Elaboração trimestral de um crachá para poupança da água, energia e aproveitamento de resíduos;
 - Elaboração de cadernetas ecológicas;
 - Construção de um “Mural de Boas Práticas”;
 - Elaboração, por sala (infância), durante o mês de Maio, de uma dezena do terço, com material usado;
 - Concurso de quadras populares sobre a protecção da Natureza (idosos);
 - Visitas de estudo e passeios, audição de histórias e canções, criação de ateliers, dramatizações, pesquisa activa de informação;
 - Encontros e Sessões de partilha de saberes com pais, familiares e outras Instituições, bem como a realização de eventos diversos, em articulação com as famílias e comunidade;
 - Reunião de pais sobre Ecologia Familiar;
 - Actividades intergeracionais e conjuntas;

Todas as iniciativas e trabalhos dos utentes e profissionais envolvidos serão, sempre que possível, divulgados *ad intra* e *ad extra*, através dos vários meios disponíveis (página web, facebook, twitter, correio electrónico, cadernetas escolares, jornais locais, etc).

7. METODOLOGIAS

As metodologias a usar serão diversificadas, atendendo às várias faixas etárias, prevendo-se que o trabalho e esforço de todos sejam de carácter contínuo, de forma a focar a atenção de toda a comunidade no trabalho desenvolvido, realçando a evolução do desempenho ambiental da OSJO.

Destacam-se algumas das metodologias a que se pretende recorrer na dinamização do Projecto:

- Actividades de pesquisa;
- Campanhas/comemorações de eventos;
- Exposições e divulgação de trabalhos;
- Palestras/debates/sessões de informação, esclarecimento e sensibilização;
- Actividades educativas ao ar livre;
- Dinâmicas de grupo;
- Seminários/painéis de debate/*workshops*;
- Aplicação de Questionários e outros instrumentos de medida;
- Estratégias de envolvimento das famílias;
- Estratégias de envolvimento da Comunidade.

8. AVALIAÇÃO

A avaliação do Projecto realizado será feita através da:

- Observação directa do envolvimento dos utentes e restantes elementos da OSJO no geral e da Comunidade Educativa, em particular;
- Diálogo com os intervenientes em cada actividade;
- Percentagem de adesão às actividades propostas;
- Relatórios finais das actividades desenvolvidas;
- Exposição anual;
- Acção de reconhecimento e louvor aos elementos (utenes, familiares e trabalhadores) mais participativos.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao implementar um projecto de educação para a contemplação, cuidado e cultivo da Natureza estaremos a facilitar tanto aos utentes mais novos como aos mais idosos e à comunidade *ad intra* e *ad extra*, em geral, uma compreensão fundamental dos problemas existentes, da presença humana no ambiente, da sua responsabilização

e do seu papel crítico como cidadãos de um país e de um planeta que, à luz da fé, é contemplado como uma criatura, com início, meio e fim.

Desenvolveremos, assim, as competências e valores que conduzirão a repensar e avaliar de outra maneira as suas atitudes diárias e as suas consequências no meio ambiente em que vivem.

Educar para a sustentabilidade é, acima de tudo, um acto de cuidado e de amor, e é com estes poderosos *ingredientes* que o trabalho educativo na nossa Instituição, junto da comunidade, nas localidades onde estamos inseridos, no nosso país e planeta poderá, de facto, fazer a diferença. Insistir na poupança de recursos naturais, na protecção das espécies vegetais e animais e noutros hábitos abrangentes que contribuem para educar cidadãos conscientes é tarefa de todos!

O que pode fazer a diferença é a atitude com que enfrentamos as dificuldades do presente e os desafios do futuro: o optimismo, a resistência e a esperança, a criatividade e a capacidade de darmos as mãos para vencer os desafios do futuro.

Temos de prestar atenção uns aos outros, na linha de uma “ecologia integral”, no dizer do Papa Francisco (Cf. LS 138-142), para nos estimularmos no amor e nas boas obras para com todas as criaturas!

ORAÇÃO PELA NOSSA TERRA

*Deus Omnipotente,
que estais presente em todo o universo
e na mais pequenina das vossas criaturas,
Vós que envolveis com a vossa ternura
tudo o que existe,
derramai em nós a força do vosso amor
para cuidarmos da vida e da beleza.
Inundai-nos de paz,
para que vivamos como irmãos e irmãs
sem prejudicar ninguém.
Ó Deus dos pobres,
ajudai-nos a resgatar
os abandonados e esquecidos desta terra
que valem tanto aos vossos olhos.
Curai a nossa vida,
para que protejamos o mundo
e não o depredemos,*

*para que semeemos beleza
e não poluição nem destruição.
Tocai os corações
daqueles que buscam apenas benefícios
à custa dos pobres e da terra.
Ensinai-nos a descobrir o valor de cada coisa,
a contemplar com encanto,
a reconhecer que estamos profundamente unidos
com todas as criaturas
no nosso caminho para a vossa luz infinita.
Obrigado porque estais connosco todos os dias.
Sustentai-nos, por favor, na nossa luta
pela justiça, o amor e a paz.*

Franciscus

(Papa Francisco, in **LS 246**)